

**Banco Volkswagen S.A.**  
**Demonstrações financeiras consolidadas**  
**em 31 de dezembro de 2019 e**  
**relatório dos auditores independentes**

# **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
Banco Volkswagen S.A.

## **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen S.A. ("Instituição") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas**

---

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em

resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2020



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Melissa Tuxen Wisnik  
Contadora CRC 1SP221490/O-0

# Banco Volkswagen S.A.

## Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota explicativa	2019	2018
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	933.600	729.623
Instrumentos financeiros derivativos	7	1.282	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	8	133.649	117.877
Operações de crédito e arrendamento mercantil	9	9.659.153	7.601.966
Ativos fiscais			
Imposto de renda e contribuição social - correntes		261.890	281.915
Outros tributos a recuperar		47.534	46.541
Outros ativos	10	227.335	338.356
Outros valores e bens		7.625	12.101
		<b>11.272.068</b>	<b>9.128.379</b>
<b>Não circulante</b>			
Operações de crédito e arrendamento mercantil	9	7.600.043	5.868.694
Ativos fiscais			
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	16	1.120.535	855.379
Outros ativos	10	1.157.430	920.044
Outros valores e bens		10.045	209
Ativos de direito de uso		486	-
Imobilizado	11	45.669	77.406
Intangível	12	24.239	19.647
		<b>9.958.447</b>	<b>7.741.739</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>21.230.515</b>	<b>16.870.118</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

# Banco Volkswagen S.A.

## Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota explicativa	2019	2018
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Depósitos	13	5.711.808	3.200.396
Obrigações por empréstimos e repasses	14	356.932	1.327.580
Recursos de letras financeiras	15	765.072	657.597
Instrumentos financeiros derivativos	7	10.930	-
Tributos a recolher		20.586	15.267
Sociais e estatutárias	21	539.105	647.368
Imposto de renda e contribuição social a recolher		335.744	173.574
Outros passivos	17	388.172	370.906
Dívidas subordinadas	18	137.450	104.921
Provisões para passivos contingentes e obrigações tributárias	19	12.377	13.848
		<b>8.278.176</b>	<b>6.511.457</b>
<b>Não circulante</b>			
Depósitos	13	2.641.543	2.146.037
Obrigações por empréstimos e repasses	14	2.498.466	1.717.050
Recursos de letras financeiras	15	1.960.694	719.830
Tributos a recolher		1.392	30.207
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	75.942	58.245
Outros passivos	17	46.240	37.751
Dívidas subordinadas	18	1.818.954	1.785.935
Provisões para passivos contingentes e obrigações tributárias	19	1.099.235	948.373
		<b>10.142.466</b>	<b>7.443.428</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>18.420.642</b>	<b>13.954.885</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
	21		
<b>Capital social e reservas atribuídos aos acionistas do Banco</b>			
Capital social		1.307.883	1.307.883
Reserva de lucros		1.374.534	1.444.208
Ajustes de avaliação patrimonial		(6.589)	-
		<b>2.675.828</b>	<b>2.752.091</b>
Participação dos não controladores		134.045	163.142
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>2.809.873</b>	<b>2.915.233</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>21.230.515</b>	<b>16.870.118</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

**Banco Volkswagen S.A.****Demonstração consolidada do resultado em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Nota explicativa	2019	2018
Receitas de juros e rendimentos similares	23	2.336.947	2.070.964
Despesas de juros e encargos similares	23	(964.636)	(808.012)
<b>Receita líquida de juros</b>		<b>1.372.311</b>	<b>1.262.952</b>
Receita de prestação de serviços		240.764	288.299
Receita de comissões na venda de seguros		167.406	93.122
Provisão para redução ao valor recuperável de operações de crédito e de arrendamento mercantil	9	(369.832)	(400.594)
Despesas gerais e administrativas	24	(626.734)	(460.524)
Outras receitas operacionais	25	240.571	348.445
Outras despesas operacionais	26	(423.210)	(425.504)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>601.276</b>	<b>706.196</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	(403.615)	(231.855)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	242.673	(101.519)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>440.334</b>	<b>372.822</b>
<b>Atribuível a:</b>			
Acionistas do Banco		<b>469.431</b>	<b>340.679</b>
Participação dos não controladores		<b>(29.097)</b>	<b>32.143</b>
<b>Lucro líquido básico e o líquido por ação atribuído aos acionistas do Banco (expresso em reais por ação)</b>	<b>22</b>	<b>1,50</b>	<b>1,09</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

**Banco Volkswagen S.A.****Demonstração consolidada do resultado abrangente em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

---

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>440.334</b>	<b>372.822</b>
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b>		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Remensurações em obrigações de plano de pensão	-	(3.658)
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Hedge de fluxo de caixa	(6.589)	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>433.745</u></b>	<b><u>369.164</u></b>
<b>Atribuível a:</b>		
Acionistas do Banco	462.842	340.679
Participação dos não controladores	(29.097)	28.485

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

**Banco Volkswagen S.A.**

**Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	Atribuível aos acionistas da controladora							Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Reserva de lucros						Total		
	Capital social	Subvenção de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva especial de lucros	Ajuste de valor patrimonial	Lucros acumulados			
<b>Em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>1.307.883</b>	<b>18.515</b>	<b>150.299</b>	<b>1.582.083</b>	-	-	<b>3.058.780</b>	<b>134.657</b>	<b>3.193.437</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	340.679	<b>340.679</b>	32.143	<b>372.822</b>
Transferência plano de pensão	-	-	-	-	-	-	-	(3.658)	<b>(3.658)</b>
Transferência entre reservas	-	-	27.717	139.829	-	(167.546)	-	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,55/ação) AGE 31/12/18	-	-	-	-	-	(173.133)	<b>(173.133)</b>	-	<b>(173.133)</b>
Dividendos propostos (R\$ 1,52/ação) AGE 31/12/18	-	-	-	(474.235)	-	-	<b>(474.235)</b>	-	<b>(474.235)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.307.883</b>	<b>18.515</b>	<b>178.016</b>	<b>1.247.677</b>	-	-	<b>2.752.091</b>	<b>163.142</b>	<b>2.915.233</b>
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(6.589)	-	<b>(6.589)</b>	-	<b>(6.589)</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	469.431	<b>469.431</b>	(29.097)	<b>440.334</b>
Transferência entre reservas	-	-	31.797	437.634	-	(469.431)	-	-	-
Dividendos propostos (R\$ 1,72/ação) AGE 31/12/19	-	-	-	(539.105)	-	-	<b>(539.105)</b>	-	<b>(539.105)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.307.883</b>	<b>18.515</b>	<b>209.813</b>	<b>1.146.206</b>	<b>(6.589)</b>	-	<b>2.675.828</b>	<b>134.045</b>	<b>2.809.873</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



**Demonstração consolidada dos fluxos de caixa em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	Nota explicativa	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2019	2018
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		440.334	372.822
Ajustes ao lucro líquido:			
Provisão para redução ao valor recuperável de operações de crédito e arrendamento mercantil	9	369.832	400.594
Depreciação, amortização e perda por redução ao valor recuperável (Lucro) prejuízo na alienação de imobilizado / intangível	24 25 e 26	19.323 (2.171)	21.542 (5.061)
Constituição de provisão para passivos contingentes e obrigações (i)	19	183.428	180.543
Juros de dívidas subordinadas		175.465	171.206
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(242.673)	101.519
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais antes das variações nos ativos e passivos operacionais (ii)</b>		<b>943.538</b>	<b>1.243.165</b>
Aumento em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		(12.713)	(20.221)
Aumento em operações de crédito e arrendamento mercantil		(4.158.368)	(1.377.695)
Redução em outros ativos e outros valores e bens		168.929	15.050
Aumento em depósitos		3.006.917	1.775.488
Redução em obrigações por empréstimos e repasses		(189.232)	(1.004.835)
Aumento em recursos de letras financeiras		1.348.339	644.898
Redução em tributos a recolher		(23.495)	(1.061)
Aumento em outros passivos		25.755	53.827
Redução em provisões para passivos contingentes		(34.036)	(253.693)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido		(136.735)	(188.546)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>		<b>938.899</b>	<b>886.377</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisições de imobilizado / intangível	11 e 12	(14.651)	(8.481)
Alienações de imobilizado / intangível	11 e 12	37.014	31.977
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>		<b>22.363</b>	<b>23.496</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Redução em obrigações por dívidas subordinadas		(109.917)	(110.965)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	21	(647.368)	(513.668)
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>		<b>(757.285)</b>	<b>(624.633)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>203.977</b>	<b>285.240</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	729.623	444.383
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	933.600	729.623
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<b>203.977</b>	<b>285.240</b>
<b>Informações complementares sobre o fluxo de caixa</b>			
Juros recebidos		2.279.388	2.020.713
Juros pagos		460.194	320.619
(i) Constituição de provisão para passivos contingentes e obrigações legais			
(ii) Inclui os valores de juros recebidos e pagos conforme demonstrado acima.			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

## **1 Informações gerais**

O Banco Volkswagen S.A. (o “Banco”) e suas controladas (conjuntamente, o “Grupo”) está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, e atua, principalmente, no segmento de veículos produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda., MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda., Audi Brasil Distribuidora de Veículos Ltda. e Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda. As operações do Grupo são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas ligadas no Brasil que atuam junto à Volkswagen do Brasil, MAN Latin America, Audi Brasil e Ducati do Brasil.

O Banco é uma sociedade anônima com sede em São Paulo – SP na Rua Volkswagen, 291 e sua controladora final é a Volkswagen AG, localizada na cidade de Wolfsburg, na Alemanha.

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 26 de março de 2020.

## **2 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

### **2.1 Base de preparação**

#### **(a) Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nas IFRS e nas interpretações do International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC).

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Banco no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

#### **(b) Novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos existentes aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019**

IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” – nesta norma, os arrendatários passaram a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para a maioria dos contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficaram substancialmente mantidos. O IFRS 16 entrou em vigor 1º de janeiro de 2019 em substituição ao IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. Foi aplicado o método de transição prospectivo cumulativo, o qual não requer a apresentação de informações comparativas, e o passivo e o ativo de direito de uso são reconhecidos pelo valor presente das parcelas remanescentes aplicando-se a taxa de desconto unificada. Com base na mudança acima o Banco Volkswagen efetuou análise de seus compromissos de arrendamentos operacionais e verificou-se que não houve impacto material com a aplicação da norma.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018  
Em milhares de reais**

---

IFRIC 23 – Em junho de 2017 foi publicado pelo IASB, a IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro cuja aplicabilidade se fez obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2019 e visa esclarecer os procedimentos de aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração disposto no IAS 12 de Tributos sobre o Lucro quando há incerteza sobre os tratamentos a serem adotados para os Tributos sobre o Lucro.

O Banco Volkswagen efetuou análises detalhadas sobre os procedimentos já adotados para contabilização e apresentação dos Impostos sobre o Lucro em relação ao conteúdo da IFRIC 23 e concluiu-se que não há qualquer impacto nas divulgações efetuadas até 31 de dezembro de 2018, bem como a partir da adoção da nova norma em 01 de janeiro de 2019.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

**(i) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros**

As seguintes novas normas, alterações e interpretações foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2019:

Alteração da Estrutura Conceitual – Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual, cujas principais alterações foram: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Tais alterações serão aplicadas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020. A Administração não concluiu a avaliação dos impactos de sua adoção.

Alterações IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Devida reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado, cuja finalização será em períodos futuros, as avaliações das estruturas das operações de hedge accounting poderão ser impactadas pela incerteza de cenários. Portanto as alterações na norma visam minimizar possíveis impactos nessas estruturas no cenário atual de pré-substituição de taxas. Tais alterações serão aplicadas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020. A Administração ainda não concluiu a avaliação dos impactos de sua adoção.

**2.2 Consolidação**

***Controladas***

Controladas são todas as entidades, inclusive sociedades de propósito específico (“SPE”), nas quais o Banco detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com as investidas e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes das investidas. Uma SPE pode desenvolver diversos tipos de atividade e pode ter a forma de uma companhia, fundação, sociedade ou uma outra que não seja uma forma societária usual, como por exemplo um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC”).

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

O método de aquisição é usado para contabilizar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são considerados como despesas no momento em que forem incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição que ultrapassar o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

## Banco Volkswagen S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

Seis empresas nacionais e dois FIDCs, apresentados abaixo, foram integralmente consolidados na data da demonstração financeira. As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

#### Escopo de consolidação

Além do Banco, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as empresas abaixo:

Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda., empresa que administra os recursos provenientes das cotas dos grupos de consórcio de veículos Volkswagen, na qual o Banco tem participação de 99,9999996%, sendo assim controle direto;

Volkswagen Serviços Ltda., empresa prestadora de serviços de assessoria e consultoria técnica e administrativa, na qual o Banco não tem participação direta, mas possui poder de determinar as políticas financeiras e de negócios que irão beneficiar o Grupo com recursos provenientes de suas atividades;

Volkswagen Corretora de Seguros Ltda., empresa de corretagem de seguros, na qual o Banco não participa diretamente, porém possui poder de determinar as políticas financeiras e de negócios que irão beneficiar o Grupo com recursos provenientes de suas atividades;

Simple Way Locações e Serviços Ltda., empresa de gestão de frotas de veículos automotores, na qual o Banco não participa diretamente, porém possui poder de determinar as políticas financeiras e de negócios que irão beneficiar o Grupo com recursos provenientes de suas atividades;

Volkswagen Administradora de Negócios Ltda., empresa de prestação de serviço de assessoria e consultoria, compra e venda de recebíveis e revenda de veículos, na qual o Banco não participa diretamente, porém possui poder de determinar as políticas financeiras e de negócios que irão beneficiar o Grupo com recursos provenientes de suas atividades.

Driver Brasil Four Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos (FIDC), uma SPE da qual o Banco adquiriu quotas subordinadas e retém substancialmente os riscos residuais relativos à sua atividade.

<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>Total do ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>Lucro líquido / (prejuízo) do exercício</b>
Banco Volkswagen S.A	21.206.421	18.700.050	2.506.371	21.206.421	460.159
Consórcio Nacional Volkswagen Administradora	1.131.248	333.691	797.557	1.131.248	9.272
Volkswagen Serviços Ltda.	93.240	49.174	44.066	93.240	(2.780)
Volkswagen Corretora de Seguros Ltda.	33.153	12.421	20.732	33.153	(42.088)
Simple Way Locações e Serviços Ltda.	34.483	12.341	22.142	34.483	11.024
Volkswagen Administradora de Negócios Ltda.	52.947	5.844	47.104	52.948	4.747
FIDC	67.297	67.297	-	67.297	-
Eliminações	(1.226.360)	(598.262)	(628.099)	(1.226.361)	-
<b>Consolidado</b>	<b>21.392.429</b>	<b>18.582.556</b>	<b>2.809.873</b>	<b>21.392.429</b>	<b>440.334</b>

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
**Em milhares de reais**

<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>Total do ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>Lucro líquido / (prejuízo) do exercício</b>
Banco Volkswagen S.A	16.889.602	14.359.782	2.529.820	16.889.602	296.901
Consórcio Nacional Volkswagen Administradora	1.064.466	304.506	759.960	1.064.466	43.703
Volkswagen Serviços Ltda.	92.652	45.814	46.838	92.652	2.345
Volkswagen Corretora de Seguros Ltda.	84.459	21.765	62.694	84.459	4.974
Simple Way Locações e Serviços Ltda.	62.187	44.792	17.395	62.187	5.628
Volkswagen Administradora de Negócios Ltda.	46.705	10.625	36.080	46.705	19.272
FIDC	28.663	(309.369)	338.032	28.663	-
Eliminações	(1.210.199)	(334.613)	(875.586)	(1.210.199)	-
<b>Consolidado</b>	<b>17.058.535</b>	<b>14.143.302</b>	<b>2.915.233</b>	<b>17.058.535</b>	<b>372.822</b>

## 2.3 Conversão de moeda estrangeira

### (a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual cada empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

### (b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

## 2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

Dentre estes investimentos estão os ativos financeiros adquiridos com compromissos de revenda, registrados como empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito (Nota 6). A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e reconhecida ao longo do prazo do contrato com base na taxa efetiva de juros.

## 2.5 Ativos financeiros

### 2.5.1 Classificação

A partir de 1º de janeiro de 2018, o Grupo passou a classificar seus ativos financeiros de acordo com a IFRS 9, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (b) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (c) custo amortizado. A classificação de ativos financeiros depende do modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

**(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os derivativos também são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

**(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados nesta categoria caso o ativo financeiro tenha o objetivo, tanto de ser atingido pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela sua venda.

**(c) Custo Amortizado**

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações baseadas no método de juros efetivos, menos a amortização de principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada. Os ativos financeiros classificados como custo amortizado compreendem operações de crédito e arrendamento mercantil, caixa e equivalentes de caixa e demais contas a receber registradas em outros ativos.

**2.5.2 Reconhecimento, mensuração e desreconhecimento**

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa na demonstração do resultado.

Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos sobre o recebimento dos fluxos de caixa se expiram, ou quando o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo de ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado são incluídos no resultado do período quando ocorrem. Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidos, líquidos de efeitos tributários, diretamente em conta específica do patrimônio líquido até o ativo financeiro ser desreconhecido ou até sofrer perda por redução ao valor recuperável. Nesse caso, o ganho ou perda acumulado na conta específica do patrimônio líquido é transferido para o resultado do período como ajuste de reclassificação. Os juros desses ativos financeiros, calculados por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, são diferidos durante a vida das operações e reconhecidos no resultado do exercício.

O valor justo dos ativos financeiros cotados em mercado ativo é baseado nos preços atuais de oferta de compra. Se o mercado para um ativo financeiro não for ativo, o Grupo estabelece o valor justo por meio da utilização de técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, sem favorecimento, fluxo de caixa descontado e outras técnicas de avaliação geralmente utilizadas pelos participantes de mercado.

### **2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial somente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de realizá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência do Banco ou da contraparte.

Entretanto para os exercícios de 2019 e 2018 não houve quaisquer compensações de instrumentos financeiros.

### **2.5.4 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

#### **(a) Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado**

O Grupo reconhece as perdas de crédito esperadas com base em informação prospectiva imparcial para todos ativos ao custo amortizado, recebíveis de arrendamento, ativos financeiros de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e compromissos de contratos de garantia financeira. Este modelo de mensuração é, portanto, baseado no conceito de “perda de crédito esperada”

A perda de crédito esperada é calculada multiplicando a exposição na inadimplência (EAD), probabilidade de inadimplência (PD), a perda dada a inadimplência (LGD).

Este novo modelo inclui o uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios:

- Estágio 1 – Perda de crédito esperada para 12 meses
- Estágio 2 – Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro
- Estágio 3 – Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação

A exposição na inadimplência representa o saldo esperado na inadimplência, levando em conta o reembolso do capital e juros desde a data do balanço até o evento de inadimplemento.

A perda dada a inadimplência representa as perdas esperadas na exposição em default dado o evento de inadimplência, levando em conta, entre outros atributos, o efeito de mitigação do valor da garantia no momento em que se espera que ela seja realizada e o valor do dinheiro no tempo.

O crédito com problemas de recuperação é quando a exposição está inadimplente, o que também é esperado para se alinhar quando uma exposição é identificada como prejudicada individualmente. Empréstimos não cobráveis são baixados contra a provisão relacionada à imparidade do empréstimo após a conclusão dos processos internos do Banco e quando todos os valores recuperáveis razoavelmente esperados foram coletados. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados, são creditados na demonstração do resultado. O momento e a extensão dos write-offs podem envolver algum elemento de julgamento subjetivo.

#### **Empréstimos renegociados**

Modificações e renegociações de empréstimos, que não são prejudicadas por crédito quando a modificação de um contrato de empréstimo ocorre como resultado de uma atividade de reestruturação comercial e não devido ao risco de crédito do tomador de empréstimo. Uma avaliação deve ser realizada para determinar se os termos do novo contrato são substancialmente diferentes dos termos do acordo existente. Esta avaliação considera tanto a mudança nos fluxos de caixa decorrente dos termos modificados como a mudança na perfil de risco do instrumento.

Quando os termos forem substancialmente diferentes, o empréstimo existente será desreconhecido e um novo empréstimo será reconhecido pelo valor justo.

Quando os termos não forem substancialmente diferentes, o valor contábil do empréstimo será ajustado para refletir o valor presente dos fluxos de caixa modificados, descontado na taxa efetiva de juros original, com qualquer ganho ou perda resultante, reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado como ganho de modificação ou perda.

## **2.6 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge***

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que são celebrados e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. No início da operação, os derivativos são classificados de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção ("*hedge*") ou não. O Grupo adota a contabilidade de *hedge* ("*hedge accounting*"), na qual os derivativos são utilizados por serem efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida.

O Grupo documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. O Grupo também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo dos itens protegidos por *hedge*.

Nas operações atuais é utilizado o *hedge* de valor justo, nos quais os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor justo com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 7.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método da taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos financeiros são reconhecidas imediatamente no resultado.

## **2.7 Outros ativos**

Outros ativos são demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos e variações monetárias auferidos até a data do balanço, e, quando aplicável, ajustados aos respectivos valores justos.

## **2.8 Imobilizado**

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo custo histórico deduzidos da depreciação. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam para o Grupo os benefícios econômicos futuros associados ao item e que seu custo possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens a seguir:

- Móveis, utensílios e equipamentos: 10 anos;
- Veículos: 5 anos;
- Outros: 5 anos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando necessário, ao final de cada exercício.



Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos recursos recebidos com o valor contábil e são reconhecidos no resultado.

## **2.9 Intangíveis**

### **Softwares**

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos para aquisição de software são reconhecidos como intangíveis quando o mesmo possa ser vendido ou utilizado. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- O software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os valores reconhecidos como ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil estimada de 5 anos e, para os ativos intangíveis desenvolvidos internamente, de 3 anos.

## **2.10 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Com base em análise anual da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros da Instituição, exceto créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no resultado do exercício. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram registradas perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

## **2.11 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, contingências passivas e obrigações legais são efetuados da seguinte forma:

I – Ativos contingentes - os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização.

II – Passivos contingentes - os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão, nem divulgação.

III – Obrigações legais - são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido no resultado.

## **2.12 Passivos financeiros**

Os passivos financeiros, constituídos pelos depósitos, obrigações por empréstimos e repasses, recursos de letras financeiras, instrumentos financeiros derivativos, outros passivos financeiros e dívidas subordinadas, são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, adicionados os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, exceto os instrumentos financeiros derivativos e passivos financeiros objetos de *hedge*.

Passivos financeiros são desreconhecidos quando eles forem extintos, ou seja, quando forem pagos, cancelados ou expirados.

Os passivos financeiros são apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

## **2.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos**

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10%, e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à alíquota de 15%, para instituições financeiras e equiparadas e 9% para subsidiárias não financeiras, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

As despesas de IRPJ e CSLL são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto quando resulta de uma transação registrada diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

As despesas com IRPJ e CSLL corrente são calculadas como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Os créditos tributários de IRPJ e CSLL, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de CSLL e adições temporárias, são registrados na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos” no ativo, e a provisão para as obrigações fiscais diferidas principalmente sobre superveniência de depreciação é registrada na rubrica “imposto de renda e contribuição social diferidos” no passivo.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela administração.

Em 13 de novembro de 2019, foi publicada a Emenda Constitucional n° 103, que determina a majoração da CSLL a partir de 1° de março de 2020 aplicável aos bancos de qualquer natureza que passa a ser 20%. No entanto conforme Circular n° 3.171/2002 do Banco Central do Brasil, em seu artigo 1°, parágrafo 2°, há menção que no caso de alteração da legislação tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotadas em períodos futuros, os efeitos devem ser reconhecidos imediatamente com base nos critérios e alíquotas aplicáveis ao período em que cada parcela do ativo será realizada ou do passivo liquidada. Por este motivo o crédito tributário (CSLL) foi majorado em 5% com base no estudo do crédito tributário de 31 de dezembro de 2019, limitando ao período da majoração da CSLL.

## **2.14 Outros Passivos**

Outros passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço.

## **2.15 Benefícios a empregados**

### **(a) Obrigações de pensão**

O Grupo Volkswagen no Brasil possui um plano de previdência de contribuição variável, sendo de contribuição definida durante o processo de acumulação de recursos dos participantes. No momento de solicitar o benefício previdenciário, o participante pode escolher entre uma renda mensal vitalícia (parte de benefício definido do plano) ou uma renda mensal por percentual de saldo que pode variar entre 0,1% a 1,5% do patrimônio do participante (parte de contribuição definida).

Um plano de benefício definido é um plano de pensão que define um valor para a pensão a ser paga, normalmente em virtude de um ou mais fatores como idade, tempo de serviço ou compensação. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a patrocinadora paga as contribuições fixas a uma entidade separada (um fundo) e não terá obrigações legais ou implícitas de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios aos funcionários relativos ao serviço dos períodos corrente e anteriores.

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando o método do Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos, cujos prazos de vencimento aproximam-se dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e pelas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Para os planos de contribuição definida, a patrocinadora faz contribuições a planos de pensão de administração pública ou privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a patrocinadora não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal classificados como “despesas gerais e administrativas” na demonstração do resultado.

No exercício de 2018 os valores referentes a obrigações de pensão foram transferidos para outra entidade do Grupo.

### **(b) Participação nos lucros**

Benefícios de funcionários, na forma de participação nos lucros, são reconhecidos em “outros passivos” como “salários, gratificações e encargos a pagar” quando o Grupo está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

A expectativa é de que as contas passivas de participação nos lucros e planos de bônus sejam liquidadas em até 12 meses e sejam medidas pelos valores esperados de quitação, exceto o bônus aos administradores, que são liquidados integralmente no prazo mínimo de três anos.

## **2.16 Patrimônio líquido**

### **(a) Capital social**

O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

### **(b) Reserva de lucros**

A reserva de lucros é composta pelas seguintes contas:

Subvenção de incentivos fiscais – refere-se à parcela do lucro líquido decorrente de subvenções para investimentos previstas em lei.

Reserva legal – objetiva exclusivamente aumentar o capital social ou compensar prejuízos.

Reserva especial de lucros – refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a destinação da reserva legal, e que pode ser utilizada para futuro aumento de capital social, absorção de prejuízos ou distribuição de dividendos.

### **(c) Lucro por ação**

O Banco apresenta informações de lucro líquido por ação, o qual é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o exercício (Nota 22).

## **2.17 Receitas e despesas de juros**

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidos dentro de "receitas de juros e rendimentos similares" e "despesas de juros e encargos similares" na demonstração do resultado usando o método da taxa efetiva de juros, exceto aqueles mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os recebimentos ou pagamentos futuros, sendo estimada na aquisição do instrumento financeiro considerando a expectativa de sua vigência, e que resulta no valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o Banco estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo, opções de pagamentos antecipados), mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e outros prêmios ou descontos.

Quando o valor de um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares for reduzido em decorrência de perda por redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida usando a taxa efetiva de juros, utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da provisão para redução ao valor recuperável.

## **2.18 Receita de comissões na venda de seguros e prestação de serviços**

As receitas de comissões e corretagem e prestação de serviços são reconhecidas conforme o regime contábil de competência no período em que os serviços são prestados.

## **2.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social do Banco e suas controladas. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

No exercício de 2019, foram provisionados R\$ 539.105 como dividendos (2018 - provisionados R\$ 474.235 como dividendos propostos e R\$ 173.133 como juros sobre capital próprio proposto), calculados com base sobre o resultado local sem efeito nos ajustes de GAAP.

### **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

#### **(a) Redução ao valor recuperável de operações de crédito e arrendamento mercantil**

A mensuração da perda de crédito esperada requer aplicação de premissas de acordo com as práticas estabelecidas pelo IFRS 9, conforme explicado nas nota 2.5.4.

#### **(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o Grupo irá gerar lucro tributável futuro para sua utilização. A realização esperada do crédito tributário pelo Grupo é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 16.

#### **(c) Ativos e passivos contingentes**

O Grupo revisa periodicamente suas contingências, que são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que os recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 19.

### **4 Gestão de risco financeiro**

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

Com o intuito de obter sinergia ao longo do processo de gerenciamento dos riscos financeiros, o Grupo possui comitês gerenciais que atuam nestes riscos. A estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo permite que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, envolvendo os comitês funcionais e a alta administração.

**4.1 Risco de crédito**

O Grupo está exposto ao risco de crédito, que é o risco pelo qual uma contraparte causa perda financeira ao falhar na liquidação de uma obrigação. Mudanças significativas na economia ou na saúde financeira de um segmento específico de atividade econômica que represente uma concentração na carteira mantida pelo Grupo podem resultar em perdas que são diferentes daquelas provisionadas na data do balanço patrimonial. Portanto, a administração controla a exposição ao risco de crédito.

Exposições a este tipo de risco decorrem principalmente de operações de crédito diretas, indiretas (repases por meio de agentes financeiros), e de outros instrumentos financeiros. Há também o risco de crédito em acordos financeiros não registrados no balanço patrimonial, como compromissos de empréstimo. O controle e a gestão dos riscos de crédito são realizados pela área de Riscos.

As operações do Grupo são realizadas basicamente no mercado brasileiro, em reais.

Para os ativos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição máxima ao risco de crédito é igual ao seu valor contábil. Para as garantias financeiras concedidas, a exposição máxima ao risco de crédito é o montante máximo que o Banco teria que pagar caso as garantias fossem exigidas. Para as linhas de crédito, a exposição máxima ao risco de crédito é o montante total das linhas comprometidas.

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima para risco de crédito, sem considerar as garantias recebidas apresentada pelo valor líquido de provisão para redução ao valor recuperável quando adequado.

<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>Em 31 de dezembro</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Caixa e equivalentes de caixa	933.600	729.623
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	133.649	117.877
Instrumentos financeiros derivativos	1.282	-
Operações de crédito e arrendamento mercantil	17.259.196	13.470.660
Outros ativos (i)	350.192	233.656
	<u>18.677.919</u>	<u>14.551.816</u>
Outras garantias prestadas	8.369	7.900
Linhas de crédito	1.185.640	783.549
<b>Total da exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b><u>19.871.928</u></b>	<b><u>15.343.265</u></b>

(i) Os outros ativos referem-se a títulos e valores mobiliários, operações de crédito, outras garantias prestadas, linhas de crédito.

**4.1.1 Mensuração do risco de crédito****(a) Operações de crédito e arrendamento mercantil**

Ao mensurar o risco de crédito em operações de crédito e arrendamento mercantil, o Banco considera quatro componentes com relação à contraparte:

## Banco Volkswagen S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

---

- (i) A probabilidade de inadimplência por parte do cliente ou contraparte com respeito às suas obrigações contratuais - para fins de avaliação de probabilidade de inadimplência, o Banco segmenta as operações de sua carteira de crédito entre *Retail* e *Corporate*. No segmento *Retail*, a probabilidade de inadimplência é avaliada segundo critérios estatísticos baseados no histórico de taxas de inadimplência. Para o segmento *Corporate*, o Banco avalia a probabilidade de inadimplência por meio de ferramentas que foram desenvolvidas internamente que combinam análise estatística com a análise de demonstrativos financeiros feita pela equipe de crédito. A escala de classificação mostrada abaixo foi elaborada baseada nas várias probabilidades de inadimplência. Isto significa que, em princípio, as exposições migram entre as categorias e a avaliação da probabilidade de inadimplência também muda. As ferramentas de classificação são mantidas sob análise e atualizadas quando necessário. Regularmente, o Banco valida o desempenho da classificação e de seu poder de previsão com relação a eventos de inadimplência.

(ii) **Classificações internas**

<b>Classificação</b>	<b>Descrição do grau de risco</b>
1	Capacidade de pagamento muito boa
2	Capacidade de pagamento muito boa a boa
3	Capacidade de pagamento boa
4	Capacidade de pagamento boa a satisfatória
5	Capacidade de pagamento satisfatória
6	Capacidade de pagamento satisfatória a suficiente
7	Capacidade de pagamento suficiente a insatisfatória
8	Capacidade de pagamento insatisfatória
9	Capacidade de pagamento insatisfatória a insuficiente
10	Inadimplência I
11	Inadimplência II
12	Inadimplência III

- (iii) As exposições atuais com a contraparte baseadas nos saldos devidos ao Banco.
- (iv) O índice de perdas por inadimplência (obrigações não cumpridas), líquidas de recuperações - considera-se todo o valor inadimplente deduzido das garantias e acrescido das prováveis despesas decorrentes de todo o processo de cobrança até a execução dessas garantias.

(b) **Demais operações no mercado financeiro**

A política de risco de crédito para caixa e equivalentes de caixa segue os parâmetros estabelecidos pela matriz Volkswagen Financial Services AG ("VWFS AG"), que estabelece que os recursos disponíveis em caixa somente podem ser investidos em operações compromissadas, títulos públicos e bancos de primeira linha previamente aprovados e com limites individuais também pré-definidos pela VWFS AG.

As captações possuem uma estratégia definida onde se busca a diversificação de suas fontes como forma de garantir a liquidez do Banco, além da redução dos custos atribuídos a estas fontes.

Os instrumentos derivativos são utilizados somente para fins de *hedge* de operações passivas, sejam elas pré-fixadas ou pós-fixadas.

Outros ativos referem-se principalmente ao caixa restrito (Nota 10).

#### 4.1.2 Controle do limite de risco e políticas de mitigação

O Banco administra, limita e controla concentrações de risco de crédito particularmente, em relação a contrapartes e grupos individuais. A administração estrutura os níveis de risco que assume a grupos de devedores, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico. Esses riscos são monitorados rotativamente e sujeitos a revisões anuais ou mais frequentes, quando necessário, e são aprovados pelas alçadas competentes.

## Banco Volkswagen S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

A exposição ao risco de crédito é também administrada através de análise regular dos tomadores, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração dos limites quando apropriado. Uma das formas de mitigação de risco de crédito é a tomada de garantias sobre a liberação de recursos. O Banco implementa orientações sobre a aceitação de classes específicas de garantias ou mitigação do risco de crédito. Os principais tipos de garantias para operações de crédito são:

- Alienações fiduciárias;
- Hipotecas;
- Cartas de fiança;
- Certificado de Depósitos Bancários (“CDB”);
- Penhor mercantil.

A ferramenta interna de classificação auxilia o Banco a determinar a evidência objetiva de provisão para redução ao valor recuperável, com base nos critérios descritos na Nota 2.5.4 (a).

#### 4.1.3 Operações de crédito e arrendamento mercantil

##### (a) Operações de crédito e arrendamento mercantil por ramo de atividade

	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Pessoas físicas	8.162.767	6.206.564
Outros serviços	5.514.190	4.549.877
Comércio	3.947.396	3.669.907
Indústria	813.320	596.937
Rural	63.290	38.855
Habitação	139.375	47.109
Intermediário financeiro	16.321	13.543
	<u>18.656.659</u>	<u>15.122.792</u>

##### (b) Concentração das operações de crédito e arrendamento mercantil

	Em 31 de dezembro			
	2019	%	2018	%
Dez maiores devedores	1.405.192	7,5	1.039.572	6,9
Cinquenta seguintes maiores devedores	1.825.412	9,8	1.441.351	9,5
Cem seguintes maiores devedores	1.438.232	7,7	1.255.061	8,3
Demais devedores	13.987.823	75,0	11.386.808	75,3
	<u>18.656.659</u>	<u>100,0</u>	<u>15.122.792</u>	<u>100,0</u>

##### (c) Baixa de operações de crédito

O período de baixa das perdas efetivas é de até 30 meses (2018 – 36 meses) após o atraso de 90 dias, afetando diretamente o montante de despesas de provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros no exercício.

Durante o ano de 2019 revisamos nossos processos operacionais de recuperação de créditos baixados por prejuízo, que acontecem em até 30 meses, por este motivo revisitamos o período de baixa das perdas para se adequar aos padrões operacionais do Grupo.



**(d) Bens retomados**

Os ativos são classificados e reconhecidos como bens apreendidos quando da efetiva posse. Os ativos recebidos quando da execução das operações de crédito e arrendamento mercantil são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil das operações de crédito e arrendamento mercantil.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são incluídas no registro da provisão para redução ao valor recuperável de operações de crédito e arrendamento mercantil, em contrapartida a despesa no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são reconhecidos como despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado.

Os saldos de bens retomados vinculados a operações de crédito e arrendamento mercantil estão apresentados abaixo:

	<u>Em 31 de dezembro</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Veículos</b>		
Valor Inicial do Bem	50.951	68.976
Provisão para redução ao valor recuperável	(45.401)	(65.722)
<b>Valor Líquido</b>	<b><u>5.550</u></b>	<b><u>3.254</u></b>

**4.2 Risco de Taxa de Juros**

Risco de taxa de juros define-se como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos da taxa de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para que os instrumentos classificados na carteira bancária. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de taxa de juros é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela alta administração.

**4.2.1 Técnicas de mensuração do risco de taxa de juros**

**(a) Abordagem de Valor Econômico (*Economic Value of Equity* – (“EVE”))**

Esta metodologia consiste em avaliar o impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa de instrumentos classificados na carteira bancária da Instituição.

**(b) Abordagem de Resultado de Intermediação Financeira (*Net Interest Income* – (“NII”))**

Esta metodologia consiste em avaliar o impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da Grupo.

**(c) Testes de estresse**

O objetivo dos testes de estresse é quantificar as perdas, de uma determinada carteira, caso situações adversas de mercado ocorram. Os testes são realizados visando estabelecer ou rever procedimentos e limites para a adequação de capital, de acordo com os resultados obtidos.

Em conformidade com a Resolução CMN 4.557, anualmente é realizado o teste de estresse integrado, através da metodologia de análise de cenários, onde são utilizados cenários de mercado (deterioração de variáveis macroeconômicas) e idiossincráticos (eventos internos ou externos).

Os resultados dos testes de estresse são apresentados e aprovados pela Diretoria. Além disso, mensalmente são realizados os testes de estresse de acordo com a Circular BACEN 3.365/07.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
**Em milhares de reais**

**(d) Análise de descasamento de ativos e passivos**

Esta análise possui o macro-objetivo de avaliar preliminarmente os descasamentos entre os ativos e passivos, através do agrupamento de saldos marcados a mercado, por moeda e por carteira, com seu respectivo prazo de duração.

**4.2.2 Mensuração do risco de taxa de juros (EVE e NII)**

**(a) Abordagem de Valor Econômico (EVE)**

	12 meses findos em			12 meses findos em		
	31 de dezembro de 2019			31 de dezembro de 2018		
	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo
Risco de taxa de juros	78.791	127.838	30.997	43.229	73.877	17.658
<b>EVE total</b>	<b>78.791</b>	<b>127.838</b>	<b>30.997</b>	<b>43.229</b>	<b>73.877</b>	<b>17.658</b>

**(b) Abordagem de Resultado de Intermediação Financeira (NII)**

A partir da data base janeiro de 2017, a Instituição passou também a utilizar a abordagem de variação na margem de juros (NII):

	12 meses findos em			12 meses findos em		
	31 de dezembro de 2019			31 de dezembro de 2018		
	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo
Risco de taxa de juros	50.136	73.791	32.699	44.844	58.333	27.744
<b>NII total</b>	<b>50.136</b>	<b>73.791</b>	<b>32.699</b>	<b>44.844</b>	<b>58.333</b>	<b>27.744</b>

**4.2.3 Exposição financeira**

	Em 31 de dezembro de 2019		Em 31 de dezembro de 2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Fatores de risco</b>				
Pré-fixado	14.300.454	2.113.218	10.520.900	2.657.830
Pós-fixado	3.480.488	9.460.620	2.713.037	6.723.860
TJLP	1.944.248	1.968.130	2.736.355	2.277.656
	<b>19.725.190</b>	<b>13.541.968</b>	<b>15.970.292</b>	<b>11.659.346</b>

**4.3 Risco de liquidez**

Esse risco consiste na possibilidade do Banco não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018  
Em milhares de reais****4.3.1 Processo de gestão do risco de liquidez**

O gerenciamento de risco de liquidez é realizado diariamente pela área de Gerenciamento de Riscos. Para o monitoramento e controle da exposição ao risco de liquidez, o Grupo adota as ferramentas descritas abaixo, as quais são disponibilizadas à Tesouraria para tomada de decisão.

**(a) Análise do fluxo de caixa**

Esta análise consiste em verificar o fluxo de caixa, através de previsão de entradas e saídas de recursos por um determinado período, tendo como objetivo assegurar a solidez financeira do Grupo no curto, médio e longo prazos.

**(b) Caixa mínimo**

Limite estabelecido na política de risco de liquidez, formado pelos recursos em caixa que podem ser usados para pagamento das obrigações do Banco, em momentos de volatilidade do mercado e, caso esses limites sejam extrapolados, é realizado o reporte ao Comitê de Riscos.

**(c) Teste de estresse**

Nesta técnica é avaliada a resposta de uma carteira de ativos ou obrigações em relação a variações extremas de liquidez que influenciam essa carteira. O propósito do teste de estresse é quantificar a perda de uma carteira caso uma situação adversa específica de mercado ocorra.

**(d) Plano de contingência de liquidez**

Trata-se de um procedimento de gestão a ser adotado quando a projeção de liquidez em curto prazo indica a definição de níveis inferiores ao mínimo ou em caso de falta de recursos e agravamento de crise no mercado financeiro.

**4.3.2 Abordagem de captação de recursos**

A Tesouraria tem como principal objetivo prover liquidez para assegurar que suas obrigações financeiras sejam cumpridas, garantindo a sustentabilidade do negócio através da diversificação de suas fontes de captação e otimização de seus custos.

**4.3.3 Fluxos de caixa para instrumentos financeiros**

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa não descontados, a receber e pagar, de ativos e passivos financeiros, de acordo com seus prazos de vencimento contratuais remanescentes na data do balanço patrimonial, com exceção de instrumentos financeiros derivativos e passivos marcados a valor justo.

	<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>				
	<b>Até 3 meses</b>	<b>De 3 a 12 meses</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>	<b>Total</b>
Caixa e equivalentes de caixa	933.600	-	-	-	933.600
Ativos financeiros	133.649	-	-	-	133.649
Operações de crédito e arrendamento mercantil	3.498.578	7.620.918	8.891.612	355.095	20.366.203
Outros ativos	350.192	-	-	-	350.192
<b>Ativo</b>	<b>4.916.018</b>	<b>7.620.918</b>	<b>8.891.612</b>	<b>355.095</b>	<b>21.783.644</b>

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018  
Em milhares de reais**

	Em 31 de dezembro de 2019				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Depósitos	1.362.389	2.680.778	2.612.689	-	6.655.856
Obrigações por empréstimos e repasses	487.572	1.156.708	1.871.577	4.389	3.520.246
Recursos de letras financeiras	788.684	140.088	1.983.650	-	2.912.422
Outros passivos	225.136	-	-	-	225.136
Dívidas subordinadas	34.534	115.650	1.101.154	1.548.943	2.800.281
<b>Passivo</b>	<b>2.898.315</b>	<b>4.093.224</b>	<b>7.569.070</b>	<b>1.553.332</b>	<b>16.113.941</b>

	Em 31 de dezembro de 2018				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	729.623	-	-	-	729.623
Ativos financeiros	117.877	-	-	-	117.877
Operações de crédito e	2.943.809	6.384.534	7.368.406	291.488	16.988.237
Outros ativos	233.656	-	-	-	233.656
<b>Ativo</b>	<b>4.024.965</b>	<b>6.384.534</b>	<b>7.368.406</b>	<b>291.488</b>	<b>18.069.393</b>

	Em 31 de dezembro de 2018				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Depósitos	865.472	890.284	4.372.945	-	6.128.701
Obrigações por empréstimos e repasses	523.670	1.285.872	1.845.139	15.046	3.669.727
Recursos de letras financeiras	-	-	1.479.190	-	1.479.190
Outros passivos	21.649	-	-	-	21.649
Dívidas subordinadas	54.728	121.718	706.381	2.235.790	3.118.617
<b>Passivo</b>	<b>1.465.519</b>	<b>2.297.874</b>	<b>8.403.655</b>	<b>2.250.836</b>	<b>14.417.884</b>

Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos de empréstimos em aberto incluem caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos e operações de crédito e arrendamento mercantil. A administração também poderia cobrir saídas de caixa inesperadas vendendo títulos e acessando fontes de recursos adicionais, tais como mercados lastreados em ativos.

#### 4.4 Valor justo de ativos e passivos financeiros

##### (a) Comparativo do valor contábil e valor justo

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	Em 31 de dezembro de 2019		Em 31 de dezembro de 2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	933.600	933.600	729.623	729.623
Instrumentos financeiros derivativos	1.282	1.282	-	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	133.649	133.649	117.877	117.877
Operações de crédito e arrendamento mercantil	17.259.196	17.140.654	13.470.660	13.347.711
Outros ativos	350.192	350.192	233.656	233.656
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>18.677.919</b>	<b>18.559.377</b>	<b>14.551.816</b>	<b>14.428.867</b>
Depósitos	8.353.352	8.353.352	5.346.433	5.346.434
Obrigações por empréstimos e repasses (iii)	2.855.398	2.855.398	3.044.630	3.044.630
Recursos de letras financeiras (i)	2.725.766	2.725.766	1.377.427	1.377.427
Instrumentos financeiros derivativos	10.930	10.930	-	-
Dívidas subordinadas (ii)	1.956.403	1.955.327	1.890.856	1.924.780
Outros passivos	225.136	225.136	206.747	206.747
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>16.126.985</b>	<b>16.125.909</b>	<b>11.866.093</b>	<b>11.900.018</b>

## Banco Volkswagen S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

- (i) Para operações a taxa pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo. Para operações a taxa pré-fixada, o valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual de juros praticada pelo Banco em operações similares.
- (ii) O valor contábil das dívidas subordinadas é baseado em taxas contratuais, as quais foram definidas por estudos macroeconômicos para a determinação de taxas fixas de juros para operações de longo prazo. O valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual para operações similares.
- (iii) As obrigações por empréstimos e repasses referem-se a:
- Financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), na modalidade FINAME, indexadas à TJLP, bem como captação de empréstimos no mercado, cujo valor contábil aproxima-se do valor justo.
  - Empréstimos no exterior, itens objeto de hedge, cujo valor contábil aproxima-se do valor justo.
  - Operações de transferência de ativos financeiros sem desreconhecimento, pós-fixadas, cujo valor contábil aproxima-se do valor justo.

#### (b) Hierarquia do valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, o Grupo utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1: preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: dados não observáveis para ativos ou passivos.

A tabela a seguir apresenta a composição da hierarquia dos instrumentos financeiros do Grupo, mensurados ao valor justo:

	Em 31 de dezembro de 2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (i)	133.649	-	-	133.649
Instrumentos financeiros derivativos (ii)		1.282	-	1.282
<b>Total de ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>	<b>133.649</b>	<b>1.282</b>	<b>-</b>	<b>134.931</b>
Instrumentos financeiros derivativos (ii)	-	10.930	-	10.930
<b>Total de passivos financeiros mensurados ao valor justo</b>	<b>-</b>	<b>10.930</b>	<b>-</b>	<b>10.930</b>

  

	Em 31 de dezembro de 2018			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros (i)	117.877	-	-	117.877
<b>Total de ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>	<b>117.877</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>117.877</b>

- (i) São classificados como nível 1 os valores prontamente transformados em caixa.

## **Banco Volkswagen S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais**

---

- (ii) Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, o Grupo estima o valor justo por meio de modelos de fluxo de caixa descontados, geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no nível 2 são *swaps* de moedas e taxas de juros. Os modelos adotados são amplamente aceitos no mercado e refletem os termos contratuais dos derivativos. Todas as informações para o modelo são prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados. Para a precificação a valor justo dos seus instrumentos financeiros derivativos e passivos mensurados ao valor justo, o Grupo utiliza-se do nível 2 na hierarquia acima, isto é, por meio de preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes, divulgados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Devido ao fato dos derivativos serem classificados como instrumentos de *hedge* para os empréstimos obtidos no exterior, tal métrica foi utilizada também para a precificação do objeto do *hedge*.

#### **(c) Movimentação dos instrumentos financeiros**

Não houve transferência entre níveis 1 e 2 durante o exercício.

#### **4.5 Gestão de capital**

A gestão de capital é baseada em informações do Conglomerado Prudencial, que, conforme definido pela Resolução do CMN nº 4.280/13, inclui Banco Volkswagen S.A., a instituição líder, Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda, e fundos de investimentos em direitos creditórios – nos quais o Banco assuma substancialmente os riscos e benefícios.

A adequação do capital e o uso de capital regulatório são monitorados pela administração por meio de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Acordo de Basileia, na forma implementada pelo CMN e BACEN, para fins de supervisão. As informações exigidas são mensalmente submetidas ao órgão competente.

O Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial está dividido em dois níveis:

- (a) Nível I: composto pelo capital principal, apurado a partir do capital social, reserva de lucros, lucros acumulados do período (apresentados como “Patrimônio Líquido” no quadro abaixo), e ajustes prudenciais referentes a saldos de ativos intangíveis constituídos a partir de 1º de outubro de 2013, créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, após regras descritas no art. 5º da Resolução do CMN nº 4.192/13.
- (b) Nível II: Composto por dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.192/13 e também aquelas aprovadas pelo BACEN de acordo com a norma anterior.

Os ativos ponderados pelo risco são determinados de acordo com a natureza de cada ativo e sua contrapartida, além de refletir uma estimativa de riscos de crédito, mercado e outros riscos associados. Um tratamento similar é adotado para exposição não registrada contabilmente, com alguns ajustes efetuados para refletir a natureza mais contingente das perdas potenciais.

O risco operacional foi calculado pelo método da abordagem padronizada alternativa.

Evolução do Patrimônio de Referência mínimo requerido para o Conglomerado Prudencial:

**Banco Volkswagen S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018  
Em milhares de reais**

	<b>Em 31 de dezembro</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Patrimônio Líquido	2.627.089	2.536.833
Ajustes prudenciais	(100.541)	(21.345)
Capital principal	<b>2.526.548</b>	<b>2.515.488</b>
Patrimônio de referência - nível I	<b>2.526.548</b>	<b>2.515.488</b>
Instrumentos de dívida subordinada	825.694	902.778
Patrimônio de referência- nível II	<b>825.694</b>	<b>902.778</b>
Total do patrimônio de referência - PR <sup>(1)</sup>	<b>3.352.242</b>	<b>3.418.266</b>
	<b>Em 31 de dezembro</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Risco de crédito por abordagem padronizada - RWAcpad <sup>(2)</sup>	17.302.454	13.669.540
Risco operacional por abordagem padronizada alternativa - RWAopad <sup>(3)</sup>	1.157.766	1.143.236
Ativos ponderados pelo risco - RWA	<b>18.460.220</b>	<b>14.812.776</b>
Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA	<b>1.476.818</b>	<b>1.277.602</b>
Índice de Basiléia	<b>18,16%</b>	<b>23,08%</b>
Valor correspondente à carteira de não-negociação - RBAN	30.717	48.187
Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA e RBAN	<b>1.507.535</b>	<b>1.325.789</b>
Índice de Basiléia - amplo (inclui RBAN)	<b>17,79%</b>	<b>22,24%</b>
Valor da margem	<b>1.844.707</b>	<b>2.092.478</b>

<sup>(1)</sup> Conforme Resolução do CMN nº 4.192/13;

<sup>(2)</sup> Conforme Circular BACEN nº 3.644/13;

<sup>(3)</sup> Conforme Circular BACEN nº 3.640/13.

Em atendimento a Resolução do CMN 4.557/17, o Banco possui uma estrutura de Gerenciamento de Riscos e uma de Gerenciamento de Capital, compatíveis com a natureza de suas operações e a complexidade dos seus produtos e serviços oferecidos aos seus clientes.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital foram constituídas em unidades independentes das áreas de negócios e da auditoria interna, e são subordinadas às Diretorias de Risco e de *Back Office*, respectivamente.

Gerenciamento de Capital – o Grupo possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pelo Grupo, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Grupo está sujeito e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Grupo. As decisões sobre políticas e estratégias para gestão do capital e seu monitoramento são realizadas em comitês gerenciais, cabendo ao Comitê Executivo o papel de supervisão para assegurar que o nível de capital aprovado e requerido está sendo seguido. O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo do Grupo.

**Banco Volkswagen S.A.**

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
**Em milhares de reais**

**5 Instrumentos financeiros por categoria**

**(a) Ativos financeiros apresentados no balanço patrimonial**

	Caixa e equivalentes de caixa	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	933.600	-	-	933.600
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.282	1.282
Ativos financeiros Mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	-	133.649	133.649
Operações de crédito e arrendamento mercantil	-	17.259.196	-	17.259.196
Outros ativos	-	350.192	-	350.192
	<u>933.600</u>	<u>17.609.388</u>	<u>134.931</u>	<u>18.677.919</u>

	Caixa e equivalentes de caixa	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	729.623	-	-	729.623
Ativos financeiros	-	-	117.877	117.877
Operações de crédito e arrendamento mercantil	-	13.470.660	-	13.470.660
Outros ativos	-	233.656	-	233.656
	<u>729.623</u>	<u>13.704.316</u>	<u>117.877</u>	<u>14.551.816</u>

**(b) Passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial**

	Mensurados ao valor justo	Mensurados ao custo amortizado	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>			
Depósitos	658.334	7.695.018	8.353.352
Obrigações por empréstimos e repasses (i)	-	2.855.398	2.855.398
Recursos de letras financeiras	765.313	1.960.453	2.725.766
Instrumentos financeiros derivativos	10.930	-	10.930
Dívidas subordinadas	-	1.956.403	1.956.403
Outros passivos	-	225.136	225.136
	<u>1.434.577</u>	<u>14.692.408</u>	<u>16.126.985</u>

	Mensurados ao valor justo	Mensurados ao custo amortizado	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>			
Depósitos	-	5.346.433	5.346.433
Obrigações por empréstimos e repasses (i)	-	1.377.567	1.377.567
Recursos de letras financeiras	-	3.044.490	3.044.490
Dívidas subordinadas	-	1.890.856	1.890.856
Outros passivos	-	206.747	206.747
	<u>-</u>	<u>11.866.093</u>	<u>11.866.093</u>

(i) Mensurado ao valor justo por se tratar de item objeto de hedge.



**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
**Em milhares de reais**

**6 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>Em 31 de dezembro</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Disponibilidades	118.263	137.380
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito:		
Aplicações no mercado aberto - operações compromissadas (i)	815.337	586.863
Certificados de depósitos bancários - CDBs	-	5.380
	<u>933.600</u>	<u>729.623</u>

- (i) As operações compromissadas que compõem as aplicações no mercado aberto possuem vencimento em até 30 dias, são garantidas por títulos públicos do governo brasileiro e efetuadas com instituições de primeira linha.

**7 Instrumentos financeiros derivativos**

O Grupo usa os seguintes instrumentos derivativos:

*Swaps* de moeda e taxa de juros que são compromissos de troca de um conjunto de fluxos de caixa por outro e que resultam em uma troca econômica de moedas ou taxas de juros (por exemplo, fixa ou variável) ou em uma combinação das mesmas. Não ocorre a troca do principal, exceto em certos *swaps* de moeda. O risco de crédito do Grupo representa o custo potencial para repor os contratos de *swap* se as contrapartes não cumprirem suas obrigações. Este risco é continuamente monitorado com relação ao valor justo atual, à proporção do valor nominal dos contratos e à liquidez do mercado. Para controlar o nível do risco de crédito assumido, o Grupo avalia as contrapartes dos contratos conforme descrito na Nota 4.1.1 (a).

Os valores nominais de certos tipos de instrumentos financeiros fornecem uma base de comparação com instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial, embora não necessariamente indiquem os valores de fluxos de caixa futuros envolvidos ou o valor justo atual dos instrumentos e, portanto, não indicam a exposição aos riscos de crédito ou preço. Os instrumentos derivativos tornam-se favoráveis (ativos) ou desfavoráveis (passivos) em decorrência de flutuações nas taxas de juros do mercado ou nas taxas de câmbio relativas aos termos de seus contratos.

Assim, os derivativos são utilizados para adequar a composição e volatilidade das posições cambiais e de taxas de juros do passivo financeiro do Grupo no exterior.

Em virtude do perfil das operações passivas do Grupo, as operações de *hedge accounting* têm sido realizadas no mercado de balcão e registradas na B3.

<b>Tipo</b>				<b>2019</b>	
	<b>Valor Nominal</b>	<b>Ativo</b>	<b>(Passivo)</b>	<b>Receita (Despesa)</b>	<b>Patrimônio líquido</b>
Swap - Pré x DI	730.570	918	-	1.920	-
Swap - DI x Pré	730.570	364	(1.447)	(2.295)	-
Swap de variação de taxa de hedge de fluxo de caixa	1.389.574	-	(9.483)		(6.589)
<b>Total</b>		<u>1.282</u>	<u>(10.930)</u>	<u>(375)</u>	<u>(6.589)</u>

**Banco Volkswagen S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018  
Em milhares de reais**

Tipo	Valor			2018	
	Nocional	Ativo	(Passivo)	Receita (Despesa)	Patrimônio líquido
Swap - Pré x DI	113	-	-	1.707	-
Swap - DI x Pré	113	-	-	21	-
Swap de variação cambial - hedge de valor justo	-	-	-	(3.144)	-
<b>Total</b>		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.416)</u>	<u>-</u>

**Hedge**

No exercício de 2019, a estratégia de *hedge* do Grupo visa proteger o risco da taxa de juros. A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor justo dos empréstimos no exterior. As operações de *hedge* mantidas pelo Grupo em 31 de dezembro são classificadas como *hedge* de fluxo de caixa e visam mitigar o risco taxa de juros pré-fixadas.

No exercício de 2018, a estratégia de *hedge* do Grupo visa proteger o risco da moeda estrangeira dos empréstimos no exterior. A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor justo dos empréstimos no exterior. As operações de *hedge* mantidas pelo Grupo em 31 de dezembro são classificadas como *hedge* de risco de mercado e visam mitigar o risco de variação cambial.

	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
<b>Hedge</b>		
Receitas/despesas do objeto de <i>hedge</i> referente a parcela de risco protegido	(919)	(211)
Receitas/despesas do instrumento de <i>hedge</i> referente a parcela do risco protegido	919	211
Receitas (despesas) do instrumento de <i>hedge</i> referente ao risco assumido (pós-fixada)	(1.530)	(3.148)
<b>Resultado com hedge</b>	<u>(1.530)</u>	<u>(3.148)</u>

**8 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

São representados por aplicações em cotas de fundo de investimento, no montante de R\$ 133.649 (2018 – R\$ 117.877), com liquidez imediata. A carteira do fundo é composta principalmente por investimentos em títulos públicos, marcados a mercado. O valor justo e o custo amortizado para estas operações, na data base, são semelhantes.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018  
Em milhares de reais

**9 Operações de crédito e arrendamento mercantil**

**(a) Composição da carteira de operações de crédito por classe estágio**

Estágio 1	Saldo Inicial	Transferência	Transferência	Transferência de	Aquisição/ Liquidação	Saldo final	
	31/12/2018	para Estágio 2	para Estágio 3	Estágio2/ Estágio 3			
CDC – Crédito Direto ao Consumidor	5.057.941	(362.133)	(64.847)	479.542	3.031.037	8.141.540	
BNDES FINAME	2.096.879	(71.778)	(6.093)	228.616	(627.354)	1.620.270	
Crédito rotativo e capital de giro	1.511.940	(644.759)	-	275.833	68.481	1.211.495	
Outros	389	-	-	-	588	977	
	<b>8.667.149</b>	<b>(1.078.670)</b>	<b>(70.940)</b>	<b>983.991</b>	<b>2.472.752</b>	<b>10.974.282</b>	
Estágio 2	Saldo Inicial	Transferência	Transferência	Transferência de	Aquisição/ Liquidação	Saldo final	
	31/12/2018	para Estágio 1	para Estágio 3	Estágio1/ Estágio 3			
CDC – Crédito Direto ao Consumidor	2.711.964	(475.936)	(139.155)	378.659	1.625.681	4.101.213	
BNDES FINAME	1.124.304	(227.880)	(44.897)	80.107	(336.374)	595.260	
Crédito rotativo e capital de giro	810.671	(275.833)	-	703.669	36.718	1.275.225	
Outros	209	-	(2.534)	15	315	(1.995)	
	<b>4.647.148</b>	<b>(979.649)</b>	<b>(186.586)</b>	<b>1.162.450</b>	<b>1.326.340</b>	<b>5.969.703</b>	
Estágio 3	Saldo Inicial	Transferência	Transferência	Transferência de	Write-Off	Aquisição/ Liquidação	Saldo final
	31/12/2018	para Estágio 1	para Estágio 2	Estágio1/ Estágio 2			
CDC – Crédito Direto ao Consumidor	858.175	(3.606)	(16.527)	204.002	(259.255)	462.121	1.244.910
BNDES FINAME	355.775	(736)	(8.328)	50.990	(342.547)	(106.442)	(51.289)
Crédito rotativo e capital de giro	256.529	-	(58.910)	-	(20.607)	11.619	188.632
Outros	66	-	(15)	2.534	(602)	100	2.082
	<b>1.470.545</b>	<b>(4.342)</b>	<b>(83.780)</b>	<b>257.526</b>	<b>(623.011)</b>	<b>367.398</b>	<b>1.384.336</b>
POCI	Saldo Inicial	Aquisição/ Liquidação	Saldo final				
	31/12/2018		31/12/2019				
CDC – Crédito Direto ao Consumidor	110.564	66.277	176.841				
BNDES FINAME	45.836	(13.714)	32.122				
Crédito rotativo e capital de giro	33.051	1.497	34.548				
Outros	8	13	21				
	<b>189.459</b>	<b>54.073</b>	<b>243.532</b>				
Consolidado	Saldo Inicial	Write-Off	Aquisição/ Liquidação	Saldo final			
	31/12/2018			31/12/2019			
CDC – Crédito Direto ao Consumidor	8.738.644	(259.255)	5.185.116	13.664.504			
BNDES FINAME	3.622.794	(342.547)	(1.083.884)	2.196.364			
Crédito rotativo e capital de giro	2.612.191	(20.607)	118.315	2.709.899			
Outros	672	(602)	1.016	1.086			
	<b>14.974.301</b>	<b>(623.011)</b>	<b>4.220.563</b>	<b>18.571.853</b>			

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
**Em milhares de reais**

**(b) Movimentação da provisão para redução ao valor recuperável**

Estágio 1	Saldo Inicial	Transferência	Transferência	Transferência de	Constituição/ Reversão	Saldo final
	31/12/2018	para Estágio 2	para Estágio 3	Estágio2/ Estágio 3		
CDC – Crédito Direto ao Consumidor	(56.542)	(35.526)	(32.257)	6.951	(35.706)	(153.080)
BNDES FINAME	(44.846)	(3.524)	(2.036)	1.952	1.343	(47.111)
Crédito rotativo e capital de giro	(17.037)	(13.382)	-	7.348	5.405	(17.666)
Outros	(643)	-	-	-	(1.555)	(2.198)
	<b>(119.068)</b>	<b>(52.432)</b>	<b>(34.293)</b>	<b>16.251</b>	<b>(30.513)</b>	<b>(220.055)</b>

  

Estágio 2	Saldo Inicial	Transferência	Transferência	Transferência de	Constituição/ Reversão	Saldo final
	31/12/2018	para Estágio 1	para Estágio 3	Estágio1/ Estágio 3		
CDC – Crédito Direto ao Consumidor	(205.037)	(6.446)	(82.681)	37.282	(129.479)	(386.361)
BNDES FINAME	(162.624)	(1.946)	(20.569)	4.038	4.869	(176.232)
Crédito rotativo e capital de giro	(61.782)	(7.348)	-	17.292	19.601	(32.237)
Outros	(2.333)	-	(1.348)	3	(5.640)	(9.318)
	<b>(431.775)</b>	<b>(15.740)</b>	<b>(104.597)</b>	<b>58.615</b>	<b>(110.649)</b>	<b>(604.148)</b>

  

Estágio 3	Saldo Inicial	Transferência	Transferência	Transferência de	Write-Off	Constituição/ Reversão	Saldo final
	31/12/2018	para Estágio 1	para Estágio 2	Estágio1/ Estágio 2			
CDC – Crédito Direto ao Consumidor	(461.855)	(505)	(1.756)	114.938	259.256	(239.348)	(329.270)
BNDES FINAME	(366.317)	(5)	(515)	22.605	342.547	10.968	9.283
Crédito rotativo e capital de giro	(139.166)	-	(3.911)	-	20.607	44.152	(78.318)
Outros	(5.254)	-	(3)	1.348	602	(12.704)	(16.011)
	<b>(431.775)</b>	<b>(15.740)</b>	<b>(104.597)</b>	<b>138.891</b>	<b>623.012</b>	<b>(196.932)</b>	<b>(414.316)</b>

  

POCI	Saldo Inicial	Constituição/ Reversão	Saldo final
	31/12/2018		31/12/2019
CDC – Crédito Direto ao Consumidor	(58.814)	(37.140)	(95.954)
BNDES FINAME	(46.648)	1.397	(45.251)
Crédito rotativo e capital de giro	(17.722)	5.622	(12.100)
Outros	(669)	(1.617)	(2.286)
	<b>(123.853)</b>	<b>(31.738)</b>	<b>(155.591)</b>

  

Consolidado	Saldo Inicial	Constituição/ Write-Off	Constituição/ Reversão	Saldo final
	31/12/2018			31/12/2019
CDC – Crédito Direto ao Consumidor	(782.247)	259.256	(441.673)	(964.664)
BNDES FINAME	(620.435)	342.547	18.577	(259.311)
Crédito rotativo e capital de giro	(235.707)	20.607	74.780	(140.320)
Outros	(8.899)	602	(21.516)	(29.813)
	<b>(1.647.288)</b>	<b>623.012</b>	<b>(369.832)</b>	<b>(1.394.108)</b>

**(c) Valor presente de operações de arrendamento mercantil financeiro – arrendador**

Para os contratos de arrendamento mercantil, é aplicado o conceito de abordagem simplificada para mensuração da provisão para perdas por valor equivalente às perdas de crédito esperadas.

O valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de operações de arrendamentos mercantil financeiro de veículos está demonstrado abaixo, por faixa de vencimento:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018  
Em milhares de reais

	Em 31 de dezembro de 2019		
	Pagamentos mínimos futuros	Rendas a apropriar	Valor presente
Até 1 ano	60.190	(9.246)	50.944
De 1 a 5 anos	40.242	(6.380)	33.862
	<b>100.432</b>	<b>(15.626)</b>	<b>84.806</b>

  

	Em 31 de dezembro de 2018		
	Pagamentos mínimos futuros	Rendas a apropriar	Valor presente
Até 1 ano	86.165	(11.619)	74.546
De 1 a 5 anos	87.175	(13.230)	73.945
	<b>173.340</b>	<b>(24.849)</b>	<b>148.491</b>

Considerando a abordagem simplificada a provisão para redução ao valor recuperável foi no montante de R\$ 3.354 (2018 - R\$ 4.844)

## 10 Outros Ativos

	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Devedores por depósitos em garantia (i)	801.967	728.435
Despesas antecipadas (ii)	227.984	296.408
Devedores diversos país	68.822	190.363
Outros valores a receber	204.654	22.693
Caixa Restrito – FIDC's (iii)	66.933	15.509
Outros	14.405	4.992
	<b>1.384.765</b>	<b>1.258.400</b>

- (i) Em 31 de dezembro de 2019, referem-se, principalmente, a bloqueios judiciais no montante de R\$ 601.163 (2018 - R\$ 624.196).
- (ii) Referem-se a comissões de vendas de consórcio, sendo apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos grupos.
- (iii) Referem-se ao caixa e equivalente de caixa do FIDC.

## 11 Imobilizado

	Em 31 de dezembro			
	Veículos	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Outros	Total
<b>Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>113.320</b>	<b>17</b>	<b>129</b>	<b>113.466</b>
Aquisições	3.532	351	-	3.883
Alienações	(26.916)	-	-	(26.916)
Depreciação do período	(12.951)	(57)	(19)	(13.027)
<b>Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>76.985</b>	<b>311</b>	<b>110</b>	<b>77.406</b>
Custo	110.447	956	2.113	113.516
Depreciação acumulada	(33.462)	(645)	(2.003)	(36.110)
<b>Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>76.985</b>	<b>311</b>	<b>110</b>	<b>77.406</b>
Aquisições	2.077	-	-	2.077
Alienações	(37.014)	-	-	(37.014)
Baixas de depreciação	14.057	-	-	14.057
Depreciação do período	(10.768)	(72)	(17)	(10.857)
<b>Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>45.337</b>	<b>239</b>	<b>93</b>	<b>45.669</b>
Custo	75.511	956	2.113	78.580
Depreciação acumulada	(30.173)	(717)	(2.020)	(32.910)
<b>Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>45.337</b>	<b>239</b>	<b>93</b>	<b>45.669</b>

**Banco Volkswagen S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018  
Em milhares de reais****12 Intangível**

	Softwares	Custos de desenvolvimento de softwares gerados internamente	Total
<b>Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>5.878</b>	<b>17.686</b>	<b>23.564</b>
Aquisições	1.616	2.982	4.598
Amortização do período	(3.970)	(4.545)	(8.515)
<b>Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>3.524</b>	<b>16.123</b>	<b>19.647</b>
Custo	41.495	40.412	81.907
Amortização acumulada	(37.971)	(24.289)	(62.260)
<b>Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>3.524</b>	<b>16.123</b>	<b>19.647</b>
Aquisições	7.441	5.133	12.574
Amortização do período	(3.245)	(4.737)	(7.982)
<b>Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>7.720</b>	<b>16.519</b>	<b>24.239</b>
Custo	48.936	45.545	94.481
Amortização acumulada	(41.216)	(29.026)	(70.242)
<b>Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>7.720</b>	<b>16.519</b>	<b>24.239</b>

**13 Depósitos**

A carteira de depósitos está custodiada na B3 a taxas pós-fixadas que variam de 97,0% a 105,0% do DI (2018 - 97,5% a 105,0,0% do DI) e é composta como segue:

	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Depósitos interfinanceiros	2.587.936	243.022
Depósitos a prazo	5.765.415	5.103.411
	<b>8.353.351</b>	<b>5.346.433</b>

**14 Obrigações por repasses****(a) Obrigações por repasses – FINAME**

Referem-se às obrigações por recursos obtidos para repasses junto à Agência Especial de Financiamento Industrial ("FINAME"), basicamente indexados a TJLP e TJLP SELIC, com o respectivo fluxo de vencimento:

	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Até 90 dias	268.641	376.975
De 91 a 365 dias	677.462	950.605
De 1 a 3 anos	986.549	1.292.494
Acima de 3 anos	190.846	424.556
	<b>2.123.498</b>	<b>3.044.630</b>



**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018  
Em milhares de reais**

	<b>Saldo inicial 31/12/2018</b>	<b>Constituição (reversão)</b>	<b>Realização</b>	<b>Saldo final 31/12/2019</b>
<b>Ativo</b>				
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros	365.968	7.446	(13.090)	360.324
Provisão para passivos contingentes e obrigações tributárias	117.451	170.323	(108.077)	179.697
Prejuízo fiscal / base negativa CSLL	17.434	58.311	(19.201)	56.544
Créditos baixados como prejuízo	611.167	593.122	(637.713)	566.576
Superveniência de depreciação	(206.058)	(1.693)	3.806	(203.945)
Comissões diferidas	17.641	54.041	(29.651)	42.031
Outros	(67.864)	199.545	(12.373)	119.308
<b>Imposto de renda e contribuição social - diferidos</b>	<b>855.739</b>	<b>1.081.095</b>	<b>(816.299)</b>	<b>1.120.535</b>
<b>Passivo</b>				
Atualização monetária de depósitos judiciais	58.245	18.282	-	76.527
Outros	-	4.579	(5.164)	(585)
<b>Imposto de renda e contribuição social - diferidos</b>	<b>58.245</b>	<b>22.861</b>	<b>(5164)</b>	<b>75.942</b>
	<b>Saldo inicial 31/12/2017</b>	<b>Constituição (reversão)</b>	<b>Realização</b>	<b>Saldo final 31/12/2018</b>
<b>Ativo</b>				
Provisão para redução ao valor recuperável	494.007	(82.769)	(45.270)	365.968
Provisão para passivos contingentes e obrigações tributárias	57.512	121.815	(61.876)	117.451
Prejuízo fiscal / base negativa CSLL	130.191	4.199	(116.956)	17.434
Créditos baixados como prejuízo	381.714	229.546	(93)	611.167
Superveniência de depreciação	(120.194)	-	(85.864)	(206.058)
Comissões diferidas	18.557	-	(916)	17.641
Outros	146.200	128.831	(342.895)	(67.864)
<b>Imposto de renda e contribuição social - diferidos</b>	<b>1.107.987</b>	<b>401.622</b>	<b>(653.870)</b>	<b>855.739</b>
<b>Passivo</b>				
Atualização monetária de depósitos judiciais	12.380	45.865	-	58.245
Outros	26.173	-	(26.173)	-
<b>Imposto de renda e contribuição social - diferidos</b>	<b>38.553</b>	<b>45.685</b>	<b>(26.173)</b>	<b>58.245</b>

Os créditos tributários foram calculados e reconhecidos sobre diferenças temporárias, principalmente de provisões para redução ao valor recuperável de operações de crédito e arrendamento mercantil, provisões para contingências e prejuízos fiscais, considerando as expectativas de geração de lucros tributáveis, com base em estudos técnicos que consideram as projeções da administração quanto à sua realização, conforme discriminamos abaixo:

<b>Período de realização</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>Total</b>
Imposto de renda e contribuição social	426.436	376.640	84.771	85.680	147.008	1.120.535



**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
**Em milhares de reais**

**17 Outros passivos**

	<b>Em 31 de dezembro</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Contas a pagar	163.867	153.585
Saldo não reclamado de grupos de consórcio liquidados	135.130	115.089
Contratos de financiamento a pagar	105.647	91.600
Recebimentos em trânsito a processar	20.984	41.588
Salários, gratificações e encargos a pagar	8.784	6.795
	<b>434.412</b>	<b>408.657</b>

**18 Dívidas subordinadas**

Referem-se a notas de negociação de letras financeiras sob a condição de dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação com resgate final no vencimento, custodiadas na B3. Em 31 de dezembro, são compostas como segue:

<b>Prazo até o vencimento</b>	<b>Valor original da operação</b>		<b>Em 31 de dezembro</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Até 1 ano	58.245	48.382	137.450	104.921
De 1 a 3 anos	130.924	115.292	300.927	244.605
De 3 a 5 anos	237.135	217.149	528.956	445.400
De 5 a 10 anos	506.586	600.448	989.071	1.095.930
	<b>932.890</b>	<b>981.271</b>	<b>1.956.404</b>	<b>1.890.856</b>

Todas as operações são remuneradas a taxas pré-fixadas que variam de 8,7% a 10,3% ao ano (2018 – 8,7% a 10,5% ao ano).

Os instrumentos de dívidas subordinadas elegíveis ao Nível II do Patrimônio de Referência (Nota 4.5) devem atender a requisitos da Resolução do CMN nº 4.192/13. Em 31 de dezembro de 2019, o valor ponderado utilizado como Nível II do Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial, após reduções aplicáveis, é de R\$ 825.694 (2018 – R\$ 902.778).

**19 Passivos contingentes e obrigações legais**

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparadas pela opinião de seus consultores legais externos.

	<b>Trabalhistas</b>		<b>Cíveis</b>		<b>Obrigações tributárias</b>		<b>Total</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Saldo inicial	99.663	116.337	222.566	189.780	639.992	729.254	962.221	1.035.371
Constituição / (reversão)	23.890	(8.124)	67.496	99.790	92.042	88.877	183.428	180.543
Baixa por pagamento (i)	(4.467)	(8.550)	(28.712)	(67.004)	(858)	(178.139)	(34.037)	(253.693)
<b>Saldo final</b>	<b>119.086</b>	<b>99.663</b>	<b>261.350</b>	<b>222.566</b>	<b>731.176</b>	<b>639.992</b>	<b>1.111.612</b>	<b>962.221</b>

(i) Refere-se, principalmente, a baixa de obrigações legais (Nota 19 (a)).

A natureza dos passivos contingentes e das obrigações legais pode ser sumariada como segue:

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
**Em milhares de reais**

Obrigações legais – referem-se, principalmente, à discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL paga pelas instituições financeiras de 9% para 15% e de 15% para 20% que somam o montante de R\$ 506.588 (2018 - R\$ 432.799); e à discussão quanto a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo de PIS, totalizando o montante de R\$ 27.595 (2018 – R\$ 28.604); à provisão da CSLL, referente autuação da Receita Federal dos exercícios de 1999 a 2003, que contraria a decisão transitada em julgado a favor de entidade do Grupo, no montante de R\$ 5.506 (2018 – R\$ 14.546); à discussões acerca da devida composição da base de cálculo de Programa de Integração Social PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, nos montantes de R\$ 3.097 (2018 – R\$ 2.267) e R\$ 14.571 (2018 - R\$ 10.530), respectivamente.

Reclamações trabalhistas – tratam-se de ações trabalhistas que envolvem pedidos de diferenças salariais, enquadramento na categoria de bancário/financeiro, pagamentos de horas extras, adicional de periculosidade, diferenças na participação nos lucros e resultados, pedidos de reconhecimento da responsabilidade solidária/subsidiária da Administradora, nos processos judiciais propostos por ex-empregados das empresas (representantes de cotas de consórcios), contratadas pela Administradora, e os mais variados temas referentes ao contrato de trabalho, provisionadas com base na expectativa de êxito e valor discutido na ação judicial.

Reclamações cíveis – as principais ações estão relacionadas a reclamações de clientes, órgãos e entidades diversas de defesa do consumidor, nas quais pleiteiam a revisão das cláusulas contratuais consideradas por eles abusivas nas operações de financiamento, e a restituição dos valores pagos a título de prestações de consórcio, decorrente da desistência ou exclusão de participante de grupo, provisionadas considerando a expectativa de êxito e histórico de perdas do Grupo.

Riscos fiscais – referem-se, principalmente, à discussão quanto a cobrança de ISS sobre as operações de arrendamento mercantil financeiro de veículos no município de São Paulo, no total de R\$ 68.866 (2018 - R\$ 66.596) e a discussão acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido (VRG) de operações de arrendamento mercantil, no total de R\$ 37.962 (2018 – R\$ 37.970).

**(a) Programa Especial de Regularização Tributária - PERT**

Em setembro de 2017, a Instituição aderiu ao PERT, previsto na Lei nº 13.496/17, perante à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e à Receita Federal do Brasil - RFB, para liquidação de débitos relativos a exclusão dos juros moratórios da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, no montante total de R\$ 223.085. Em fevereiro de 2018 a Instituição finalizou a operação de aquisição de créditos tributários de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL de empresa do grupo. A compra dos créditos tributários com deságio que refletisse condições de mercado gerou um ganho de R\$ 89.226 (Nota 26), registrado na demonstração do resultado no mesmo mês.

**(b) Passivos contingentes, classificados como perdas possíveis, não provisionados**

O Grupo tem ações de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	<b>Em 31 de dezembro</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Legais</b>		
IOF (i)	630.058	620.349
IRPJ/CSLL (ii)	290.751	336.017
ISS (iii)	337.238	240.450
Outros	94.879	74.708
	<b><u>1.352.926</u></b>	<b><u>1.271.524</u></b>
<b>Cíveis</b>		
Ação revisional	31.716	27.970
	<b><u>31.716</u></b>	<b><u>27.970</u></b>

## **Banco Volkswagen S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais**

---

- (i) Discussão acerca da incidência de IOF sobre o ingresso de valores em 2007.
- (ii) Discussão de IRPJ/CSLL e multa referente à amortização de ágio dos períodos de 2008 a 2012, decorrente da incorporação da Volkswagen Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil pelo Banco Volkswagen S.A.
- (iii) Discussão acerca de incidência de ISS sobre o valor residual garantido de operações de arrendamento mercantil.

De acordo com a característica desses casos não há previsão para desembolso de caixa.

## **20 Obrigações com benefícios de aposentadoria**

### **Benefícios de plano de pensão**

Em decorrência da reorganização entre as empresas da Divisão Financeira Volkswagen e após a aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, o plano de previdência complementar que era patrocinado por uma das empresas consolidadas, foi transferido para a Volkswagen Participações Ltda, a partir do exercício de 2018.

## **21 Patrimônio líquido**

### **Capital social**

O capital social, totalmente subscrito, integralizado e aprovado pelo BACEN é representado por 312.956.418 (2018 - 312.956.418) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Do lucro líquido do período, 5% se aplicam, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2019, foram tomadas as seguintes deliberações:

- (i) Distribuição de dividendos, relativo ao ano corrente, a título de antecipação de dividendos obrigatórios, no montante de R\$ 151.038;
- (ii) Distribuição de dividendos mediante utilização de Reserva Especial de Lucros no montante de R\$ 388.067. Ambos valores serão pagos no exercício de 2020.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2018, foram tomadas as seguintes deliberações:

- (i) Aprovação da distribuição de dividendos mediante a utilização da Reserva Especial de Lucros, no valor total de R\$ 474.235;
- (ii) Aprovação do pagamento de juros sobre capital próprio, a título de dividendo obrigatório do exercício de 2018 em conformidade com a Lei nº 9.249/95 com redação dada pela Medida Provisória nº 694/15, calculados mediante a aplicação da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$ 173.133, foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto e o respectivo benefício fiscal mantido no resultado do exercício. Ambos valores foram pagos no exercício de 2019.



**Banco Volkswagen S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018  
Em milhares de reais****24 Despesas gerais e administrativas**

	<b>Em 31 de dezembro</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Despesas com serviços técnicos especializados	(493.699)	(342.692)
Despesas com registro de contratos	(56.666)	(46.232)
Depreciação, amortização e perda por redução ao valor recuperável	(19.323)	(25.437)
Despesas com propaganda e publicidade	(39.664)	(22.818)
Despesas com arrendamento mercantil operacional	(2.069)	(9.002)
Despesas com telecomunicações	(7.279)	(7.637)
Despesa de pessoal	(3.762)	(2.121)
Outras	(4.273)	(4.585)
	<b><u>(626.734)</u></b>	<b><u>(460.524)</u></b>

**25 Outras receitas operacionais**

	<b>Em 31 de dezembro</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Reversão de provisões (i)	77.983	104.538
Rendas Operacionais - Fiscal	-	102.116
Recuperação de encargos e despesas (ii)	50.375	43.653
Atualização monetária de impostos a compensar e depósitos judiciais	32.609	26.606
Rendas Operacionais – Valores Absorvidos	14.958	10.000
Lucro na alienação de imobilizado / intangível	3.750	8.709
Outras	60.896	52.823
	<b><u>240.571</u></b>	<b><u>348.445</u></b>

- (i) Refere-se principalmente a reversão de provisões para passivos contingentes e obrigações legais.  
(ii) Refere-se, principalmente, a receitas de recuperação de créditos baixados como prejuízo.

**26 Outras despesas operacionais**

	<b>Em 31 de dezembro</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Despesas com provisões operacionais (i)	145.066	200.206
Despesas tributárias	154.228	119.876
Despesas com honorários advocatícios e custas judiciais e administrativas	46.677	46.750
Despesa com comissões	33.082	9.197
Prejuízo na alienação de imobilizado / intangível	1.579	3.647
Variação monetária passiva de impostos	4.569	1.638
Despesas com busca e apreensão	565	1.382
Outras	37.444	42.808
	<b><u>423.210</u></b>	<b><u>425.504</u></b>

- (i) Refere-se, principalmente, a despesas com provisões para passivos contingentes e obrigações legais.

**Banco Volkswagen S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
**Em milhares de reais****27 Imposto de renda e contribuição social**

	<b>Em 31 de dezembro</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	601.276	706.196
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(240.510)	(317.788)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Exclusões (adições) permanentes	(31.013)	(5.729)
Exclusões (adições) temporárias	317	-
Incentivo fiscal	9.411	5.363
Efeito majoração CSLL (5%)	96.845	(92.833)
Juros sobre capital próprio	-	77.910
Outros	5.334	(296)
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL sem crédito tributário	(3.204)	-
Diferenças temporárias sem crédito tributário	1.878	-
Equivalência patrimonial	-	-
<b>Total imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(160.942)</b>	<b>(333.374)</b>

[Click here to enter text.](#)

**28 Transações com partes relacionadas**

As operações entre as empresas incluídas na consolidação (Nota 2.2) foram eliminadas nas demonstrações consolidadas.

	<b>Ativo</b>		<b>Em 31 de dezembro</b>	
	<b>2019</b>	<b>(Passivo)</b> <b>2018</b>	<b>Receitas</b> <b>(Despesas)</b> <b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.</b>				
Contas a receber	-	72	-	-
Depósitos a prazo	(1.675.068)	(364.834)	-	52.376
Letras financeiras subordinadas	(1.956.403)	(1.890.855)	-	-
<b>MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda.</b>				
Contas a receber – valor a ressarcir	477	-	-	-
<b>Volkswagen Participações Ltda.</b>				
Contas a receber – valor a ressarcir	-	2.078	-	-
Depósitos a prazo	(23.972)	(36.722)	-	-
Contas a pagar	(20.051)	(28.547)	-	-
Sociais e estatutárias	(539.105)	(647.368)	-	-
Outras despesas administrativas	-	-	(234.503)	(236.725)
<b>Fleetzil Locações e Serviços Ltda.</b>				
Depósitos a prazo	(66.578)	(660)	(1.335)	(1.242)
<b>Volkswagen Financial Services AG</b>				
Contas a pagar	-	-	(374)	(725)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.

## Banco Volkswagen S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

---

#### Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades do Grupo, composto pelos diretores e membros do Comitê Executivo.

A remuneração dos serviços prestados ao Grupo no período corresponde a:

	<b>Em 31 de dezembro</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Benefícios de curto prazo	6.773	7.808
Benefícios pós-emprego	223	179
Outros benefícios de longo prazo	381	293
	<b>7.377</b>	<b>8.280</b>

#### 29 Eventos Subsequentes

Considerando o decreto de pandemia mundial por parte da Organização Mundial da Saúde e as declarações das autoridades brasileiras de saúde e dada a possibilidade de um aumento exponencial do número de casos de contágio do Covid-19 (Sars-CoV-2) a Administração do Banco Volkswagen acompanhará os possíveis impactos sobre as demonstrações financeiras e suas operações, sempre focando na preservação de seus colaboradores e parceiros, além da continuidade da entidade.

**Banco Volkswagen S.A.**

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018  
Em milhares de reais**

---

\*

## **DIRETORIA**

Jörg Michael Pape

Rodrigo Otávio Rocha Capuruço

\*

Leonardo Bucsan Emrich  
Contador  
CRC MG - 088837/O-0

\* \* \*